



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  

---

PRESIDÊNCIA  

---

DA REPÚBLICA

1º DE AGOSTO DE 1975

PRONUNCIAMENTO. PELA TELEVISÃO.  
COM INFORMAÇÕES ATUALIZADAS SOBRE  
A AÇÃO GOVERNAMENTAL.

## Brasileiros

Decorrido já algum tempo desde o pronunciamento que fiz em fins de 1974 e após a mensagem ao Congresso, de 1º de março último, por ocasião da abertura da nova sessão legislativa, pareceu-me oportuno trazer à Nação informações essenciais atualizadas, relativamente à ação governamental com vistas ao desenvolvimento e à segurança.

No que se refere ao desenvolvimento econômico, há três preocupações fundamentais que decorrem de nossas condições internas e, — também e acentuadamente, — dos fortes reflexos que sofremos da crise externa. Essas preocupações referem-se ao crescimento acelerado da economia, à redução da inflação e ao equilíbrio do balanço de pagamentos.

Quanto ao crescimento da economia, temos conseguido não só evitar a recessão e o desemprego anormal que hoje ocorrem em países industrializados, mas assegurar um razoável crescimento do produto interno bruto, embora segundo taxa inferior às registradas nos últimos anos. Foram feitos extraordinários esforços para desenvolver o crescimento industrial e a produção mineral e, particularmente, racionalizar e expandir a agropecuária. Apoiou-se

significativamente a estes setores, principalmente com o fortalecimento da empresa privada e atenção especial para a de pequeno ou médio porte. Deu-se prioridade às indústrias de bens de capital e de produtos essenciais ao país, tais como: petroquímicos, fertilizantes, celulose, siderúrgicos e de metais não ferrosos. Prosseguiram os trabalhos de infraestrutura nos setores das comunicações e dos transportes, inclusive com programas especiais — entre eles o ferroviário e o de construção naval que estão em plena execução. O programa energético — de natureza vital para o país — foi intensificado, não apenas quanto ao aproveitamento do carvão e da energia hidráulica — em que, ao lado de muitas outras obras em andamento, se destaca o início dos trabalhos de Itaipu e de Tucuruí — mas principalmente na área do petróleo, em cuja exploração a Petrobrás está obtendo resultados promissores, com frutos a serem colhidos nos próximos anos e que nos dão maior tranquilidade quanto ao suprimento futuro de tão essencial matéria-prima. Por último, esse programa energético recebeu decisivo impulso na área da energia nuclear, com as negociações que acabam de ser ultimadas e que nos permitirão realizar no país todas as fases de uma indústria nuclear integrada, compreendendo o ciclo do combustível — desde a prospecção e extração do minério de *urânio*, até o reprocessamento do combustível irradiado — e a produção de reatores e outras instalações nucleares, bem como de seus componentes.

Por outro lado, estão sendo concretizados e em início de implantação os importantes projetos regionais — POLONORDESTE, POLAMAZÔNICA e POLOCENTRO.

A par das devastações causadas pelas chuvas no Nordeste, preocupam-nos, sobretudo, os efeitos das recentes geadas no Paraná, São Paulo e sul de Mato Grosso, que destruíram, além de outras culturas, grande parte de nossos cafezais e reduziram, substancialmente, as perspectivas de produção de trigo. Com forte espírito de luta contra a adversidade, estamos todos empenhados em recuperar essas regiões, evitar o desemprego e reassegurar, tão cedo quanto possível, a posição do Brasil como maior produtor mundial de café.

No combate à inflação, foi contido o surto registrado no início de 1974. A comparação do aumento dos índices do custo de vida no Rio de Janeiro, de dezembro de 1973 a dezembro de 1974, de um lado, e de junho de 1974 a junho de 1975, de outro, permite-nos registrar, num período de 12 meses, uma queda desse aumento de 33,8% para 25,5%. Se a comparação dos aumentos do mesmo índice for feita em relação aos primeiros semestres de 1974 e 1975, num período de seis meses, a redução passa a ser de 20,8% para 13,5%. Com esses resultados, embora as taxas de inflação que ainda subsistem não sejam satisfatórias, podemos considerar que nossos esforços tiveram êxito e que já estamos claramente na fase descendente do processo inflacionário.

O balanço de pagamentos no exterior é outra de nossas grandes preocupações no setor da economia. Em decorrência do aumento excepcional das importações, em boa parte pela desmesurada alta dos preços do petróleo, e apesar do forte incremento das exportações que se elevaram a quase 8 bilhões de dólares, registrou-se em 1974 elevado déficit que pôde ser financiado, na sua quase totalidade, com o ingresso de capitais de empréstimo e de risco. Essa situação pode ter tolerada num ano de transição, mas não pode ser repetida por anos consecutivos, sob pena de o país endividar-se excessivamente. Por isso, para o corrente ano, adotaram-se múltiplas medidas novas, algumas recentemente, tendo em vista substituir e conter as importações e incrementar as exportações. Apesar da difícil conjuntura mundial e da necessidade de não se deter o desenvolvimento do país, os resultados do 1º semestre são animadores e atestam a validade da política que vem sendo praticada: — relativamente aos valores do 1º semestre de 1974, as exportações cresceram de 36,4% e as importações apenas de 8,1%. Por outro lado, estima-se que no 2º semestre, tradicionalmente mais favorável para as exportações, o déficit se reduza ainda mais.

No campo social, a atuação dos diferentes governos da Revolução — Castelo Branco, Costa e Silva e Médici — consideradas as circunstâncias da época e as limitações dos recursos disponíveis, orientou-se coerentemente no sentido de formar uma sociedade solidária, que proporcione o bem-estar crescente para

o maior número possível de brasileiros. Tiveram eles que enfrentar, sem dúvida, com determinação, sucessivamente o desvario inflacionário e o descontrole das finanças públicas, a estagnação da economia, o imperativo de assegurar o desenvolvimento econômico. Tais preocupações, imediatas e absorventes, condicionaram e limitaram, de algum modo, a ação social desses governos. A sucessão de iniciativas de grande alcance que adotaram foi, apesar disso, diversificada e crescente. Dentre elas, merecem citação: — a criação do Programa Habitacional, a instituição do Estatuto da Terra, do Salário-Educação, do Programa de Saneamento, da Reforma do Ensino, a ativação do desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, a criação do PIS-PASEP, a extensão da previdência social ao trabalhador rural e à empregada doméstica, o controle do cumprimento da legislação trabalhista, a expansão substancial dos recursos para a educação e outras áreas sociais, com melhoria de muitas estruturas de execução de tais setores.

Os resultados até 1973, longe de mostrarem um processo de desenvolvimento em favor de um pequeno número, como seguidamente a crítica tendenciosa alega, revelam objetivamente inegável progresso social. Progresso que decorre, inclusive, do excepcional crescimento econômico dos anos recentes. Alguns indicadores mais gerais, segundo estimativas preliminares, mostram que, entre 1960 e 1973, o total da população empregada elevou-se de 23 milhões de pessoas para 36 milhões. No mesmo

período, a taxa de alfabetização cresceu de 60% para 75%; a população atendida pela Previdência Social que era de cerca de 13 milhões passou a quase 41 milhões; os benefícios pagos anualmente, pela Previdência, a preços de hoje, elevaram-se de 3,6 bilhões de cruzeiros para 22,8 bilhões; o total da população escolar, de 11 milhões de estudantes, atingiu a 30 milhões (inclusive o MOBREAL), triplicando, pois, em pouco mais de uma década.

Continuando e dando nova dimensão a essa atuação dos Governos Revolucionários, procurei, desde logo, inovar na área social, sem prejuízo da preocupação de preservar o crescimento econômico acelerado. A partir das definições do II PND e apoiado, particularmente, no Conselho de Desenvolvimento Social, o Governo vem mostrando ser possível motivar, criar e dinamizar na área social, da mesma forma que o chamado modelo brasileiro havia feito no campo econômico. Exemplo disso foi a recente proposição, ao Congresso Nacional, de reformulação do PIS-PASEP, para dar, aos trabalhadores na faixa de um a cinco salários mínimos, e com pelo menos cinco anos de participação no programa — trabalhadores em número de 8 milhões — o abono anual de um salário mínimo.

A esta altura, já é possível destacar alguns pontos relevantes do que o Governo fez em 16 meses.

Em primeiro lugar, cabe dizer que os recursos destinados à área social são superiores aos de qualquer outra época. Dentro do orçamento social, a

União e os Estados, em 1975, estão destinando quase Cr\$ 80 bilhões à Educação, Saúde, Saneamento e Previdência Social. O vulto deste orçamento pode ser bem avaliado se confrontado com o programa de investimentos na infra-estrutura econômica — Energia, Transportes e Comunicações — que, este ano, é da ordem de Cr\$ 60 bilhões. Criou-se, recentemente, o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social — (FAS), aprovou-se o Plano Nacional de Pós-Graduação, e estão sendo constituídos novos fundos voltados para o desenvolvimento urbano. Programam-se a construção de campos e a conclusão de hospitais universitários, o aperfeiçoamento do ensino do 1º grau e o financiamento de bolsas escolares para elevado número de estudantes. Obviamente, essa substancial expansão de recursos ainda não é suficiente para atender, quantitativa nem qualitativamente, às exigências da situação social brasileira. Contudo, ela ressalta o esforço maior do Governo no setor social e caracteriza a prioridade a ele atribuída.

Em segundo lugar, realizou-se, no âmbito dos diferentes Ministérios da área social, importante trabalho de reforma de estruturas e de estabelecimento de novos mecanismos de ação, financeiros e institucionais. Esse esforço é que possibilitou os resultados francamente positivos já alcançados no combate à meningite, por exemplo. A gravidade da epidemia que em 1974 se alastrava assustadoramente, deu origem a um meticuloso programa de vacinação que, executado com exemplar dedicação e eficiência,

constituiu, talvez, o maior programa de vacinação em massa até hoje realizado. Mais de 60 milhões de brasileiros estão vacinados e espera-se alcançar 80 milhões até setembro, noventa dias antes do prazo previsto.

Na mesma ordem de idéias, deve registrar-se o que se está realizando na Previdência Social, com a execução do Plano de Pronta Ação, a reformulação do atendimento de urgência, a nova dimensão do programa de distribuição de medicamentos e a ampliação da cobertura do sistema, com a inclusão, no seu âmbito, do salário-maternidade, e a instituição do amparo previdenciário aos maiores de 70 anos, além de outras medidas de expressivo valor social.

É de assinalar-se, igualmente, a reformulação realizada no Sistema Financeiro de Habitação. Concedeu-se benefício fiscal no valor de 10% das prestações pagas pelos compradores de casa própria, com o benefício mínimo de Cr\$ 240,00, favorecendo principalmente os 600.000 mutuários das Companhias e Cooperativas Habitacionais; reduziu-se a taxa de juros e elevou-se o prazo de financiamento; reduziu-se a 10% o valor da poupança própria exigida e permitiu-se o uso do depósito do FGTS no pagamento da casa adquirida.

O Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) também foi reformulado, com redução de seus encargos financeiros, para tornar viável o abastecimento de água a mais de 80% da população urbana, em pelo menos 80% das cidades e em todas

as regiões metropolitanas, que também serão dotadas de sistemas de esgotos. A realização desse gigantesco programa de saneamento básico terá extraordinária repercussão no controle de epidemias e endemias, nas zonas urbanas.

De importância é, também, a institucionalização do Sistema Nacional de Saúde que não apenas definiu claramente a divisão de trabalho entre o Ministério da Saúde — (função normativa e atendimento de interesse coletivo) — e o Ministério da Previdência e Assistência Social — (atendimento médico-assistencial individualizado), — mas também permitirá integrar toda a ação de Governo, nos seus diferentes níveis, e do setor privado, na área da Saúde.

Na prática, este plano nacional de saúde é realmente viável, dentro da capacidade financeira do Estado e da população, sem acender expectativas de muito difícil concretização.

Ainda no âmbito da valorização dos recursos humanos, será possível, este ano, proporcionar treinamento a cerca de 500.000 trabalhadores, de acordo com o propósito de qualificar mão-de-obra, progressivamente, para atender a todos os programas prioritários do PND, nas áreas econômica e social. Considera-se, presentemente, o lançamento de um programa especial de treinamento para os trabalhadores rurais, a exemplo do que já se está fazendo para a mão-de-obra urbana.

Em terceiro lugar, corajosa e racional tem sido a nossa atuação na área salarial. Sem abrir mão dos postulados básicos da política salarial definida desde o primeiro Governo da Revolução, sua aplicação se vem fazendo com a flexibilidade indispensável a uma fase de ajustamentos como a que temos enfrentado, do ano passado para cá. Obstina-mente, o Governo resiste à tentação de conter a inflação pelo achatamento dos salários. Os reajustamentos salariais, de forma ordenada e sem demagogia, este ano têm sido suficientes para garantir ao trabalhador, não apenas a recomposição de seu salário real, desgastado no primeiro semestre do ano passado pela inflação mais intensa, mas um efetivo ganho de poder aquisitivo. Mais ainda se fez quanto ao salário mínimo. A redução do seu valor real, verificada em alguns anos da década passada, já foi em parte compensada no reajustamento de maio último. Ao lado disso, o 13º salário e, em futuro próximo, o abono especial do PIS-PASEP têm o sentido de dar ao trabalhador de menor salário uma renda anual superior à do início da última década, mesmo sem se levarem em conta as diferentes formas de salário indireto.

Pela sua relevância, cabe ainda, no quadro da ação social do Governo, mostrar o empenho com que se está considerando o problema urbano nacional. No momento, a prioridade está na coordenação das soluções dos grandes desafios das Regiões Metropolitanas. Reconhecendo que o mecanismo legal estabelecido para essas regiões, em nível esta-

dual, só produzirá resultados importantes se contar com o apoio financeiro catalisador da União Federal, está-se montando um sistema de fundos de desenvolvimento urbano, capaz de contribuir significativamente para a solução de problemas como o de transportes coletivos, água e esgotos, controle da poluição de rios e mananciais, uso do solo, combate ao crime.

Em decisão recente, a preocupação governamental com a área urbana estendeu-se ao problema do lazer e da vida comunitária. Assim, foi criado o Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos, já em fase executiva, o qual, pela implantação de 600 centros, até 1979, pretende contribuir, objetivamente, para proporcionar diversão e bem-estar às populações, promovendo a integração social nas cidades.

Por último — e aqui parece o lugar mais indicado para referi-lo — estuda agora o Governo a «Reforma do Judiciário», com base no «Diagnóstico» que lhe foi proporcionado pelo Supremo Tribunal Federal. É matéria de grande alcance e complexidade, mas que enfrentaremos com vontade e pertinácia, na convicção de que uma eficiente e oportuna justiça é fundamental para o desenvolvimento e a segurança da nação.

Na área política, após a inauguração da nova legislatura, a 1º de março, desenvolveu-se grande atividade.

Os Partidos — do Governo e da Oposição — na Câmara, no Senado, nas Assembléias Estaduais

e na imprensa, atuaram intensivamente, com plena liberdade.

Foram aprovadas duas emendas à Constituição de significativa importância: — a primeira, assegurando a remuneração aos vereadores, com vistas a estimular a atividade política desde as bases municipais, — e a segunda, aumentando a participação dos Estados e Municípios em impostos arrecadados pela União Federal. Esta última medida, que terá execução gradativa, a partir de 1976 até 1979, acrescentará substancialmente os recursos financeiros dos Estados e Municípios, permitindo-lhes melhor desempenho de seus encargos.

Nesse período, apesar dos prognósticos pessimistas dos que consideram inviáveis os atuais partidos — sobretudo, segundo proclamam, por lhes faltar autenticidade — e que preconizam ora a sua extinção, ora a criação de maior número deles, — verificaram-se, na realidade, como já disse, uma intensa atuação política, principalmente no confronto entre a Oposição e o Governo e, de certa forma, maior vitalização partidária. Para tanto, contribuíram, sem dúvida, a lisura governamental no pleito de 15 de novembro, o grande número de novas filiações partidárias e, principalmente, a renovação dos Diretórios municipais, estaduais e nacionais que se estão processando, já com vistas às eleições que, em 1976, se realizarão nos municípios.

A política exterior decorreu normalmente. Como ações de maior destaque, apresentou, além

do acordo sobre energia nuclear com a República Federal Alemã, já referido, a adesão do Brasil ao Tratado da Antártida e a assinatura, em Rivera, do Tratado da Amizade, Cooperação e Comércio e outros instrumentos com a República Oriental do Uruguai.

Quanto à segurança, manteve-se a ordem e a tranqüilidade em todo o país.

Os órgãos de segurança prosseguiram nas medidas preventivas contra as articulações, inclusive preparatórias, que possam concorrer para a subversão interna. Em diversas regiões, indivíduos integrantes de organizações ilegais têm sido presos e submetidos a inquéritos policiais e à posterior ação judicial, como incursos na Lei de Segurança.

Os serviços de informações acompanham atentamente a infiltração comunista em órgãos de comunicação, órgãos de classe, na administração pública, — particularmente na área do ensino — e também nos partidos políticos.

Comprovou-se a participação de agentes subversivos nas depredações ocorridas ultimamente em trens de subúrbio do Rio de Janeiro, examinando-se a provável hipótese de que aí se tenham praticado atos de sabotagem. Registrou-se também a ação desses elementos por ocasião da recente inundação em Recife, veiculando a falsa notícia de ruptura da barragem de Tapacurá, o que provocou pânico na população.

## Meus Senhores

Após esta longa e possivelmente fastidiosa exposição, desejo ainda, antes de concluir, abordar tema político relacionado com o que se vem chamando de «*distensão*».

A palavra está no final do discurso de 29 de agosto de 1974 aos dirigentes da ARENA. Nele me referi à missão que cabe ao Governo de promover o máximo de desenvolvimento possível e, a propósito, aludi ao processo de lenta, gradativa e segura distensão requerida.

A partir de então, e principalmente depois das eleições de 15 de novembro, muito se tem publicado e discutido sobre a «*distensão*», atribuindo-se ao Governo — e notadamente ao Presidente da República — intenções, objetivos, avanços, recuos, submissão a pressões, etc. que — uns e outros — absolutamente não correspondem à realidade, mas constituem fruto da imaginação e, por vezes, além do que contém de intriga e de ação negativista, representam apenas o desejo íntimo de seus autores.

A «*distensão*» é aí apresentada com a conotação exclusivamente política, visando, pelo que se diz, ao indispensável restabelecimento do chamado «Estado de Direito», mediante a pura e simples supressão do AI/5 e, complementarmente, a revogação do DL-477, a revisão da Lei de Segurança, a concessão de ampla anistia. Preconiza-se, também, reforma da Constituição, com a redução dos poderes do Executivo, — considerados excessivos, — e a

ampliação das atribuições do Legislativo. Sente-se, nessas proposições, um indisfarçável saudosismo pelo passado não muito remoto, em que amplas disposições livres constavam *do papel*, nele estavam escritas, obedeciam ao aspecto teórico e formal do sistema, mas, de fato, iludiam a boa fé de muitos, pois não eram praticadas, servindo ao invés, apenas, aos apetites e ao poderio de poucos em detrimento dos verdadeiros interesses da Nação, que se debatia na pobreza e na desordem porque aquelas disposições estavam dissociadas da realidade.

Acredito que, em meu Governo, muito já se fez no sentido de uma *distensão na própria* área política. Para comprová-lo, basta ver o clima em que se exercem a atividade dos Partidos e o funcionamento do Poder Legislativo, em toda a parte, e ler os jornais e outros órgãos de divulgação, com a volumosa matéria política que publicam.

Mas a *distensão* não deve ser apenas política, — nem predominantemente política. O que almejamos para a Nação — conforme tive oportunidade de salientar em mensagem que dirigi ao Congresso Nacional — é um desenvolvimento integral e humanístico, capaz, portanto, de combinar, orgânica e homogeneamente, todos os setores — político, social e econômico — da comunidade nacional. Com esse desenvolvimento é que alcançaremos a *distensão*, — isto é, a atenuação, se não eliminação, das tensões multiformes, sempre renovadas, que tolhem o progresso da Nação e o bem-estar do povo.

De fato, constitui *distensão* a ação que se realiza na área social. As metas do II PND traduzem, em suma, uma política de *distensão*. São expressões de *distensão* — perdoem-me a ênfase em *repeti-lo* — a desvinculação do salário mínimo de implicações monetárias, proporcionando-lhe majoração de 43%, este ano; a criação de esquemas para a casa própria aos brasileiros de menor nível de renda; a distribuição gratuita de remédios aos mais necessitados, ao lado de outras providências do maior alcance no âmbito do INPS; a reestruturação do PIS e PASEP, de forma a propiciar mais um salário mínimo anual aos que percebem até cinco salários mínimos.

É *distensão* o conseguir-se a regularização do abastecimento da população em gêneros alimentícios, não mais havendo as irritantes filas que, por anos, constituíram vexatório espetáculo nas nossas cidades.

Constitui *distensão* o encaminhamento da solução dos problemas crônicos e crescentes das regiões urbanas, notadamente das metropolitanas. Constitui *distensão* o acesso de maior número de jovens ao ensino superior. Pratica o Governo Federal *distensão* ao atribuir parte substancial de suas rendas aos Estados e Municípios, atendendo às necessidades dos menos desenvolvidos, não obstante as dificuldades econômicas da hora presente.

Reitero, uma vez mais, os propósitos de perseguir o desenvolvimento político, — *sem compromissos* —

sos de espécie alguma com fórmulas ultrapassadas e, comprovadamente, inadequadas à realidade brasileira.

Volto a exortar aos políticos e a quantos tenham contribuição a oferecer ao aperfeiçoamento das instituições, a que prestem o seu concurso, atentos aos imperativos dos dias de hoje que impõem vigilância em defesa dos valores espirituais e morais de nossa cultura democrática, — ameaçados até mesmo nas sociedades mais desenvolvidas. Não bastarão as meras abstrações, desprovidas de operacionalidade, — pois, atrás das vistosas aparências, geralmente se escondem os sintomas das contradições e impasses insanáveis. As formulações anacrônicas servem muito mais às investidas subversivas do que às boas práticas do regime democrático. Minando as instituições pelo ataque solerte, os inimigos da democracia terminam por destruí-la.

O útil trabalho de construção política deve incluir, sempre, a lúcida previsão dos resultados, — numa conjuntura internacional marcada por desconcertantes desequilíbrios e tumultos. O constante e progressivo aperfeiçoamento do regime é o ideal que obstinadamente buscamos, sem açodamentos contra-productentes. Por isso, o Governo não abrirá mão dos poderes excepcionais de que dispõe, nem admite, sob quaisquer disfarces, pressões de facções ou grupos de interesses visando, artificialmente, a queimar etapas no processo de desenvolvimento político — que se requer, ao contrário, lento, meditado e pro-

gressivo para que seja seguro, realmente duradouro, construtivo e socialmente justo

Que se queira e se saiba unir esforços, dedicações e vontades, despidos todos de motivações egoístas, intenções subalternas ou propósitos demagógicos, para que solidários possamos, — cidadãos de todos os quadrantes do território pátrio e de todos os setores da sociedade brasileira, — impulsionar decididamente este grande e promissor País aos altos destinos que lhe estão reservados.

Assim, ajude-nos Deus !

Boa noite